Exma. Sra. Relatora do processo em epígrafe, que trata de pedido de decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, com fundamento na Resolução TSE nº 22.610/2007, **INTIMO** os requeridos, Sr. Adonias Moreira dos Santos e o Democratas – DEM do município de Divino de São Lourenço/ES, através de seu advogado **Dr. Iure Simiquel Brito**, para tomar ciência da r. decisão de fls. 216/218.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL,

Vitória(ES), 09 de maio de 2008.

FRANCESCA DURÃO
CORREIA LIMA
Secretária Judiciária
Protocolo 25694

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 255
PROCESSO Nº 580 – CLASSE 18ª – VITÓRIA/ES

Cumprindo o r. decisão exarada pelo Exmo. Sr. Relator do processo em epígrafe, que trata de pedido de decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, com fundamento na Resolução TSE nº 22.610/2007, **INTIMO** o requerido, Sr. José Acácio Molino, através de seu advogado **Dr. Roberto Joanilho Maldonado**, para tomar ciência da r. decisão de fls. 178.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL,

Vitória(ES), 09 de maio de 2008.

FRANCESCA DURÃO
CORREIA LIMA
Secretária Judiciária
Protocolo 25696

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 250
PROCESSO Nº 548 – CLASSE 3ª – VITÓRIA/ES

Cumprindo o r. despacho exarado pelo Exmo. Sr. Relator do processo em epígrafe, que trata de Prestação de Contas do Diretório Regional do Partido Progressista - PP/ES, relativa ao exercício de 2000, **INTIMO** o Partido Progressista – PP/ES, através de seu advogado **Dr. Marcelo Souza Nunes**, do r. despacho proferido às fls. 174 que deferiu o pedido de prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL,

Vitória(ES), 09 de maio de 2008.

FRANCESCA DURÃO
CORREIA LIMA
Secretária Judiciária
Protocolo 25697

EDITAL 085/2008

O Excelentíssimo Senhor **Dr. AUGUSTO PASSAMANI BUFULLIN**, MM. Juiz Eleitoral da 21ª ZE/ES, municípios de São Mateus e Jaguaré, no uso de suas atribuições legais, por designação na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que a partir do dia 12 de maio de 2008 o horário de atendimento ao público deste Cartório Eleitoral passa a ser das 12:00 às 18:00 horas.

DADO E PASSADO nesta cidade de

São Mateus, aos 09 (nove) dias do mês de maio do ano de 2008 (dois mil e oito). Eu _____ **FABIANA FORCELINI RODRIGUES**, Chefe de Cartório, preparei e conferi o presente Edital, que é subscrito pelo MM. Juiz Eleitoral.

AUGUSTO PASSAMANI BUFULLIN
Juiz Eleitoral
Protocolo 25710

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 249/2008.
PROCESSO Nº 596 – CLASSE 18ª – VITÓRIA/ES.

Cumprindo o r. despacho exarado pelo Exmº. Sr. Relator do processo em epígrafe, que trata de pedido de decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa, com fundamento na Resolução TSE n.º 22.610/2007, **INTIMO** os requeridos, Sr. Arlindo Repke, através de seu advogado **Dr. Hélio Maldonado Jorge**, e o **Partido Democrático Trabalhista – PDT do município de Santa Maria de Jetibá**, para, no prazo comum de **48 (quarenta e oito) horas**, apresentarem **alegações finais** por escrito, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Resolução TSE n.º 22.610/2007.

SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL,

Vitória (ES), 08 de maio de 2008.

FRANCESCA DURÃO
CORREIA LIMA
Secretária Judiciária
Protocolo 25739

RESOLUÇÃO Nº 87/2008

PROCESSO Nº 146 – CLASSE 19ª – VITÓRIA/ES

ASSUNTO: Proposta de Resolução para regulamentação dos instrumentos de avaliação para mensuração do desempenho dos servidores em estágio probatório e para fins de movimentação na carreira dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

REMETENTE: Secretaria de Gestão de Pessoas.

RELATOR: DR. AROLDO LIMONGE.

Ementa:

Dispõe sobre os instrumentos de avaliação para mensuração do desempenho dos servidores em estágio probatório e para fins de movimentação na carreira dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições, e com base no disposto no art. 28, caput, da Resolução TSE nº 22.582, de 30 de agosto de 2007, resolve:

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 1º. O desenvolvimento na carreira dos servidores efetivos do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo dar-se-á mediante progressão funcional e promoção, observados os critérios constantes na Resolução TSE nº 22.582/2007 e nos termos desta resolução.

Art. 2º. O resultado das avaliações de desempenho que tornarem os servidores aptos à progressão funcional e à promoção deverá ser homologado, mediante Portaria, pela Diretoria Geral.

Art. 3º. A formalização da progressão funcional e promoção se dará através de Ato da Presidência, após homologação da Diretoria Geral do resultado de avaliação de desempenho.

Art. 4º. O interstício para a progressão funcional e promoção será computado de acordo com o estabelecido no art. 24, da Resolução TSE nº 22.582/2007.

Art. 5º. São competências do servidor avaliado:

I - Estar atento aos procedimentos relativos à execução de suas atividades, buscando informações e orientações de sua chefia imediata;

II – Observar a descrição das atribuições do cargo no qual está investido;

III – Analisar com a chefia imediata os resultados da avaliação e, em conjunto, buscar soluções para os problemas encontrados;

IV – Encaminhar a CODES/SGP os certificados dos cursos de aperfeiçoamento e especialização não custeados por este Tribunal;

V – Solicitar a mediação da CODES/SGP, sempre que houver discordância do avaliador sobre os critérios aplicados;

Art. 6º. São competências do avaliador:

I – Acompanhar e orientar sistematicamente o servidor no desempenho de suas atribuições;

II – Analisar com o servidor, a qualquer tempo, os níveis de desempenho por ele alcançados;

III – Identificar, juntamente com o servidor, as causas dos problemas detectados e propor ações para a sua solução no decorrer do processo de avaliação;

IV – Solicitar a mediação da CODES/SGP, sempre que houver discordância do avaliado sobre os critérios aplicados;

V – Registrar no Relatório de Avaliação de Desempenho os conceitos aplicados ao avaliado em cada indicador, as recomendações e as observações que julgar necessárias;

VI – Dar ciência ao servidor avaliado dos conceitos que lhe foram aplicados, propiciando-lhe oportunidade de negociação em caso de discordância;

VII – Encaminhar o Relatório de Avaliação à CODES/SGP, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do seu recebimento.

Art. 7º. São competências da Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Assistência à Saúde e Programas Sociais:

I – Orientar os avaliados sobre o processo de avaliação;

II – Coordenar e acompanhar as atividades de avaliação de desempenho, de progressão funcional e de promoção;

III – Oferecer treinamento e prestar assessoramento aos avaliadores, com vistas à aplicação desta Resolução;

IV – Atuar como mediadora, se necessário, nos casos em que houver discordância entre avaliador e avaliado, buscando identificar as ações que eliminem as divergências;

V – Revisar os dados registrados no instrumento de avaliação;

VI – Mensurar os conceitos obtidos pelo servidor, atribuindo-lhes a pontuação correspondente, e apurar o resultado da avaliação;

VII – Cientificar formalmente o servidor do resultado da avaliação;

VIII – Aferir a participação do servidor em curso de aperfeiçoamento, especialização, ação ou programa de capacitação;

IX – Submeter à homologação do diretor-geral o resultado da avaliação de desempenho, propondo, quando for o caso, a expedição do ato formalizador da progressão funcional ou da promoção;

Seção II
Do Estágio Probatório e da Progressão Funcional dos Servidores que ingressaram no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo a partir de 16 de dezembro de 2006.

Art. 8º. O estágio probatório dos servidores nomeados para cargo efetivo a partir de 16 de dezembro de 2006 deverá observar a orientação contida na Sessão II, da Resolução TSE nº 22.582/2007.

Art. 9º. Os servidores que se encontram na situação exposta no art. 8º dessa resolução serão avaliados através de Relatório de Avaliação de Desempenho (anexo I), com base nos fatores especificados no art. 10, da Resolução TSE nº 22.582/2007, sob os seguintes conceitos e pesos:

I- Fatores e Pesos:

- assiduidade – peso 1 (um), que se subdivide em frequência e pontualidade, cada um com peso 1/2 (meio);
- disciplina – peso 1 (um);
- iniciativa – peso 1 (um);
- produtividade – peso 2 (dois), que se subdivide em qualidade do trabalho, presteza, cooperação e interesse, cada um com peso 1/2 (meio);
- responsabilidade – peso 1 (um).

II – Conceitos e Pontuações:

- Insuficiente – 1, 2, 3, 4, 5 ou 6 pontos;
- Regular – 7 ou 8 pontos;
- Bom – 9 ou 10 pontos.

III – Aplicando-se os incisos I e II, a avaliação de desempenho poderá alcançar os seguintes pontos:

- assiduidade – máximo de 10 (dez) pontos, correspondente ao somatório da pontuação dos sub-fatores frequência e pontualidade, que pode alcançar o máximo de 5 (cinco) pontos cada um;

b) disciplina – máximo de 10 (dez) pontos;
c) iniciativa – máximo de 10 (dez) pontos;
d) produtividade – máximo de 20 (vinte) pontos, correspondente ao somatório da pontuação dos sub-fatores trabalho, prestação, cooperação e interesse, que pode alcançar o máximo de 5 (cinco) pontos cada um;
e) responsabilidade – máximo de 10 (dez) pontos.

IV – Em relação às pontuações discriminadas no inciso III, serão aplicados os pesos 1 e 2, respectivamente sobre os resultados da auto-avaliação e da avaliação gerencial, conforme previsão do art. 7º, da Resolução TSE nº 22.582/2007.

Art 10. O resultado de cada avaliação de desempenho a ser realizada no 12º, 24º e 36º meses do período de estágio probatório, correspondente respectivamente às 2ª, 3ª e 4ª etapas de avaliação, subsidiará a progressão funcional e promoção do servidor, devendo ser submetido à homologação pela Diretoria Geral.

Art 11. A progressão funcional do servidor citado no art. 8º produzirá efeitos financeiros a partir do primeiro dia subsequente à data em que servidor houver completado o interstício de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias no padrão em que estiver posicionado, observado o disposto no art. 24, da Resolução TSE nº 22.582/2007

Art. 12. Caberá recurso da avaliação de desempenho dos servidores efetivos do quadro de pessoal que ingressaram no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo a partir do dia 16 de dezembro de 2006, na forma do art. 22 da resolução do TSE nº 22.582/2007.

Seção III
Do Estágio Probatório e da Avaliação de Desempenho dos servidores dos que ingressaram no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo até o dia 15 de dezembro de 2006

Art. 13. O servidor nomeado e que tenha tomado posse e entrado em exercício até o dia 15 de dezembro de 2006 cumprirá as avaliações do estágio probatório constantes na Resolução do TRE/ES nº 103, 11/07/2001, através de Relatório de Avaliação de Desempenho (anexo II).

Art. 14. A progressão funcional dos servidores que se enquadram no art. 13 desta resolução, realizar-se-á de acordo com os arts. 25, 26 e 27, da Resolução TSE nº 22.582/2007.

Seção IV
Do Desenvolvimento na Carreira dos Servidor Estável Ocupante de Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Art. 15. A movimentação na carreira dos servidores estáveis do quadro efetivo de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo deverá atender ao disposto na Seção III, da Resolução TSE nº 22.582/2007 e aos

seguintes comandos:

§1º. Considerar-se-á o período de 12 (doze) meses, bem como de 1 (um) ano, como período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

§2º. A avaliação de desempenho será realizada ao final do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) no padrão em que estiver posicionado, observado o que preceitua o art. 24, da Resolução TSE nº 22.582/2007, através de Relatório de Avaliação de Desempenho (anexo III), na qual será acompanhada a atuação do servidor nos seguintes fatores:

I – Iniciativa;
II – Proatividade;
III – Trabalho em equipe;
IV – Comunicação;
V – Atendimento ao usuário;
VI – Autodesenvolvimento;
VII – Conhecimento do trabalho;
VIII – Qualidade do trabalho;
IX – Administração do tempo;
X – Relacionamento interpessoal.

§ 3º Para os fatores relacionados nos incisos I a X do parágrafo anterior serão utilizados os seguintes conceitos e pontuações:

I – Insuficiente – 1, 2, 3, 4, 5 ou 6 pontos;
II – Regular – 7 ou 8 pontos;
III – Bom – 9 ou 10 pontos.

§ 4º Aplicando-se o disposto nos §§ 2º e 3º, a avaliação de desempenho poderá alcançar o máximo de 10 (dez) pontos em cada fator, sendo aplicado os pesos 1 e 2, respectivamente sobre os resultados da auto-avaliação e da avaliação gerencial, conforme previsão do art. 7º, da Resolução TSE nº 22.582/2007.

Art. 16. Terá direito a progressão funcional o servidor que apresentar desempenho igual ou superior a 70% (setenta por cento) na avaliação de desempenho correspondente ao período aquisitivo.

Art. 17. Terá direito a promoção o servidor que preencher os requisitos previstos no art. 20 da Resolução TSE n. 22.582/2007.

Art. 18. Caberá recurso da avaliação de desempenho dos servidores efetivos do quadro de pessoal na forma do art. 23 da resolução do TSE nº 22.582/2007.

Seção V
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 19. Os fatores, conceitos, pontuações e pesos da avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e promoção do servidor do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo poderão ser alterados pela Secretária de Gestão de Pessoas, diante de estudos ou circunstâncias que justifiquem referida mudança, sendo necessária aprovação pelo Tribunal Pleno.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Geral.

Art. 21. Esta resolução surtirá efeitos a

partir de 09 de dezembro de 2007.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e as notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, aprovar a regulamentação dos instrumentos de avaliação para mensuração do desempenho dos servidores em estágio probatório e para fins de movimentação de carreira dos servidores do Quadro de Pessoal do TRE/ES.

SALA DE
SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO.

Vitória (ES), 16 de abril de 2008

Des. Manoel Alves Rabelo
Presidente
Des. Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça
Vice-Presidente e Corregedor
Dr. Flávio Cheim Jorge
Jurista
Dr. Carlos Simões Fonseca
Juiz de Direito
Dra. Enara de Oliveira Olimpio Ramos Pinto
Juíza Federal
Dr. Telêmaco Antunes de Abreu Filho
Juiz de Direito
Dr. Aroldo Limonge
Jurista
Dr. José Nilso de Lirio
Procurador Regional Eleitoral

Protocolo 25733

RESOLUÇÃO Nº 89

PROCESSO Nº 510 - CLASSE 18ª – VITÓRIA/ES

ASSUNTO: Pedido de decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.

REQUERENTE: Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB do município de Sooretama.

ADVOGADOS: Nilton Basílio Teixeira e outros.

REQUERIDO: Aldenir José Siqueira dos Santos, Vereador.

ADVOGADO: José Peres de Araujo.

REQUERIDO: Partido da República - PR do município de Sooretama.

RELATOR: DR. FLÁVIO CHEIM JORGE.

REVISOR: DR. CARLOS SIMÕES FONSECA.

EMENTA:
REPRESENTAÇÃO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. RESOLUÇÃO TSE Nº 22.610/07. AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO PESSOAL E, PORTANTO, DE JUSTA CAUSA. PEDIDO DO RÉU.

1. O fato constitutivo do direito do autor (desfiliação partidária) já deve ser pré-constituído; ao passo que ao réu compete arguir e provar a existência de outro fato capaz de impedir que o fato constitutivo (fattsipécie) produza seus efeitos regulares;

2. O tratamento jurídico constitucional outorgado aos partidos políticos, no que tange à escolha de candidatos, permite que estes tenham autonomia para definir um sistema particular;

3. Não se caracteriza 'grave discriminação pessoal', o simples fato - desacompanhado de outros elementos concretos - de o Presidente do partido não vir a apoiar, em dado momento, um membro do partido;
4. Inexistindo justa causa, impõe-se seja decretada a perda do cargo eletivo, dando-se posse ao primeiro suplente do partido requerente.

Vistos etc.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e as notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, julgar procedente o pedido, nos termos do voto do eminente Relator.

SALA DAS SESSÕES, 23 de abril de 2008.

DES. ANNÍBAL DE REZENDE LIMA,
Presidente em exercício
DR. FLÁVIO CHEIM JORGE,
Relator
DR. JOSÉ NILSO DE LÍRIO.
Procurador Regional Eleitoral

Protocolo 25734

**ORDEM DOS ADVOGADOS
DO BRASIL - OAB -**

Edital de Notificação

O Dr. LEONARDO DE AMARINS NOÉ, Gerente de Serviços Institucionais Interino da OAB/ES,

Pelo presente Edital notifica, Dr. ANTONIO CARLOS CORDEIRO LEAL, OAB/ES Nº 6365, para que, no dia 05 (cinco) de Junho de 2008, às 15:00 hs, compareça a Audiência na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Espírito Santo, localizada na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 59, Ed. Ricamar, 3º andar, Centro, Vitória/ES.

Vitória, 09 de Maio de 2008.

LEONARDO DE AMARINS NOÉ
Gerente de Serviços Institucionais Interino
OAB/ES

Edital de Notificação

O Dr. LEONARDO DE AMARINS NOÉ, Gerente de Serviços Institucionais Interino da OAB/ES,

Pelo presente Edital notifica, Dr. HERMÍNIO CARLOS DOS SANTOS, OAB/RS Nº 37.934, para que, no dia 06 (seis) de Junho de 2008, às 13:40 hs, compareça a Audiência na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Espírito Santo, localizada na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 59, Ed. Ricamar, 3º andar, Centro, Vitória/ES.

Vitória, 09 de Maio de 2008.

LEONARDO DE AMARINS NOÉ
Gerente de Serviços Institucionais Interino
OAB/ES

Protocolo 25556